

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4598/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares ao servidor Augusto Aparecido Ribeiro Colato, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 28.8 a 6.9.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.1 a 8.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4609/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Sonia Ines Bilibio de Oliveira por meio da Portaria nº e-882/2023-PGJ, de 24.7.2023, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.10.2023 e de (...), bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.9.2023”, passe a constar: “a serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.11.2023 e de (...), bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.11.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4636/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Jaqueline Berceli Barca Cursino por meio da Portaria nº e-1464/2022-PGJ, de 11.11.2022, de forma que, onde consta: “de 27.9 a 6.10.2023”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4648/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Maria Aparecida Alves por meio da Portaria nº e-248/2023-PGJ, de 8.3.2023, de forma que, onde consta: “de 27.9 a 6.10.2023”, passe a constar: “de 31.1 a 9.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4757/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Lauciney Christian Ramos por meio da Portaria nº e-1646/2022-PGJ, de 16.12.2022, de forma que, onde consta “a serem usufruídas no período de 9 a 28.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.1 a 8.2.2023”, passe a constar “a serem usufruídas no período de 16.1 a 4.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.2.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4758/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 30.1.2023, as férias do servidor Lauciney Christian Ramos concedidas por meio da Portaria nº e-1646/2022-PGJ, de 16.12.2022, com redação dada pela Portaria nº 4757/2023-PGJ, de 4.9.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 28.8 a 2.9.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4760/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 24.7.2023, as férias da servidora Eveline Nilce Crisóstomo Ribeiro Flores concedidas por meio da Portaria nº 4173/2022-PGJ, de 17.8.2022, com redação dada pela Portaria nº 1649/2023-PGJ, de 4.4.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 13.1.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4761/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Pâmella Polli Curcino da Silva Dutra por meio da Portaria nº 91/2023-PGJ, de 11.1.2023, de forma que, onde consta “de 3 a 12.7.2023”, passe a constar “de 6 a 15.11.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4762/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Jéssica Gabrielle Rech Skovronski por meio da Portaria nº 1133/2023-PGJ, de 10.3.2023, com redação dada pela Portaria nº 2953/2023-PGJ, de 14.6.2023, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.8.2023, a serem usufruídas no período de 27.9 a 6.10.2023, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4764/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 15.8.2023, as férias da servidora Maria Aparecida Gomes Bispo concedidas por meio da Portaria nº e-1319/2022-PGJ, de 8.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 2961/2023-PGJ, de 14.6.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 16 a 24.10.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4765/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 21.8.2023, as férias da servidora Maria Eugênia Gomes Antello Abud concedidas por meio da Portaria nº e-358/2023-PGJ, de 10.4.2023, com redação dada pela Portaria nº e-852/2023-PGJ, de 13.7.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 4 a 6.10.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4666/2023-PGJ, DE 29.8.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Rubia Mara Mayume Suetake por meio da Portaria nº 2971/2023-PGJ, de 14.6.2023, de forma que, onde consta “de 13 a 22.9.2023”, passe a constar “de 16 a 25.10.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4770/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Jéssica Pereira Lopes por meio da Portaria nº e-103/2023-PGJ, de 31.1.2023, de forma que, onde consta: “de 11 a 20.9.2023”, passe a constar: “de 22.11 a 1º.12.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1008/2023/PJ, DE 6.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Nadson Soares de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2024 e de 9 a 18.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1009/2023/PJ, DE 6.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Karla Karoline Assumpcao Cavalcante, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 31.1 a 9.2.2024 e de 14 a 23.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1010/2023/PJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Selma Goncalves, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1011/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Angelina Aparecida Alves Marques, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 24.1 a 2.2.2024 e de 24.7 a 2.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1012/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-14/2023-PGJ, de 10.1.2023, que concedeu férias à servidora Fernanda da Silveira Correa Brescianini, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 22.11 a 1º.12.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1013/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Sandra Maria Amancio de Lima Mariano, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1014/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-434/2023-PGJ, de 27.4.2023, que concedeu férias à servidora Paula Cristina Andrade Galvao, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.10.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 6 a 15.11.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1015/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-76/2023-PGJ, de 30.1.2023, que concedeu férias à servidora Nayara Lino Ruas, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 27.9 a 6.10.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 28.11 a 7.12.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1016/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Matheus Cordoba Caramalac, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 6.11 a 5.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1017/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Luis Henrique da Silva Marques, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.2.2024 e de 9 a 18.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1018/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Bruna Berto de Castro, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 31.1 a 9.2.2024 e de 5 a 14.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-1019/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Tarissa Izabelle Dos Santos Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.11.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1020/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Afonso Luiz Taveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 16.11 a 5.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1021/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Gabriela Rankel Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.11.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1022/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Camila Teixeira Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 27.11 a 6.12.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.10 a 8.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-1023/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Natalia Fernandes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1024/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Rosinei Escobar Xavier, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.2.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1025/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Lea Catarina Iunes Garcia, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.1.2024 e de 1º a 20.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1026/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Francislene de Souza Guerreiro, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.1.2024 e de 21 a 30.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.10 a 8.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1027/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Ana Carolina da Costa Lima Vasques, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.1.2024 e de 1º a 10.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.10 a 1º.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1028/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Julia Moura Sanches, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2023 e de 18 a 27.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1029/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Aydil Carneiro de Souza, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.12.2023 e de 15 a 24.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.10 a 1º.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1030/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Fernanda Dos Santos Fontes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 6 a 25.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1031/2023/PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Diego Vaz Bruschi, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.10 a 1º.11.2023 e de 11 a 20.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 054/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000580-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Rio Brilhante - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na utilização de servidores comissionados em atividades que seriam afetas à rotina diária e serviços permanentes da Administração Pública, que, por sua natureza, deveriam ser realizadas por servidores efetivos, com possível burla à nomeação de aprovados em concurso público. **Procurador do Município: Viviane Lima Silva – OAB/MS nº 19.221.**
- 2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000916-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente: Município de Anaurilândia/MS - Requeridos: Lety Obras Ltda EPP e Vagner Alves Guirado - Assunto: Apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa dos requeridos Vagner Alves Guirado e Lety Obras Ltda EPP, em virtude dos vícios administrativos diagnosticados no Processo Licitatório nº 096/2016 (Tomada de Preço nº 009/2016), consistentes na celebração de aditivo contratual, sem justificativa, bem como na realização de pagamentos sem que fossem elaborados os termos circunstanciados de recebimento provisório e definitivo e o de adequação do objeto aos termos contratuais, causando prejuízo ao erário.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000336-7** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Wilton Edgar Sá e Silva Acosta - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar o gerenciamento de resíduos de construção civil de obras públicas.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001492-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Eunice Dehn - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia apresentada pela Sra. Eunice Dehn de assoreamento do córrego São Bento, localizado na zona urbana da cidade de Nioaque/MS.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2019.00001734-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Adila Fernandes Martins Lemes, Adolfo Lemes Fernandes, Alechandrina Lemes de Oliveira, Lindolfo Lemes Fernandes e Miquelina Lemes Fernandes - Assunto: Apurar desmatamento de 1,94 hectares em área de Mata Atlântica, no Sítio Mãe Rainha, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 70/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).
- 6) Inquérito Civil nº 06.2020.00001246-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia - Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente - Requeridos: Ilson Pedroso e Zilda Zacaroni Pedroso - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 64,1 ha de vegetação nativa, no bioma Mata Atlântica, ocorridos na Fazenda Arco Iris, no município de Anaurilândia/MS, constatados pelo parecer Nugeo nº 322/20.
- 7) Inquérito Civil nº 06.2020.00001391-4** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Eldorado - Assunto: Instalação de uma



unidade do PROCON no Município de Eldorado/MS. **8) Inquérito Civil nº 06.2021.00000197-7** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar a inadequação na variedade das refeições servidas no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS aos pacientes e funcionários. **9) Inquérito Civil nº 06.2021.00000341-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Virgílio Mettifogo - Assunto: Apurar a regularidade ambiental na Fazenda Beira Rio, de propriedade de Virgílio Mettifogo localizada em Jardim/MS. **10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000514-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luís Fernando Nunes Rondão Filho - Assunto: Apurar a supressão de 5,45 hectares dentro da reserva legal da Fazenda Morada do Sol, conforme auto de infração n. 1823 da PMA e laudo 033/2020 do NUGEO/Bonito. **11) Inquérito Civil nº 06.2021.00000520-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alair Ribeiro Fernandes - Assunto: Apurar a supressão de vegetação nativa de 2,31 hectares na Fazenda Santa Rita (antiga Fazenda Curvelo) sem a devida autorização legal, conforme auto de infração n. 6702. **12) Inquérito Civil nº 06.2021.00000657-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nioaque - Assunto: Apurar eventual violação aos princípios administrativos em processo de seleção de professores temporários da rede municipal de ensino do Município de Nioaque/MS. **13) Inquérito Civil nº 06.2021.00000681-7 - SIGILOSO** - 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá. **14) Inquérito Civil nº 06.2021.00001062-1** - 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas - Requerente: Davis Martinelli Leal dos Santos - Requerido: Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual ilegalidade e a consequente responsabilidade no pregão presencial 149/2017 gerenciado pela Prefeitura de Três Lagoas para aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para atendimento de pacientes do SUS no valor de R\$ 1.575.000,00, em que se sagrou vencedora a Drogaria Odeon Ltda. **15) Inquérito Civil nº 06.2022.00000077-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Lucia Rossi Perlin - Assunto: Apurar a supressão vegetação em área de reserva legal, conforme relatório de fiscalização Ambiental n. 080 4ªCIA/BPMA/2021, ocorrida na Fazenda Novo Horizonte II. **16) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000263-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental envolvendo as obras de drenagem urbana em andamento na região compreendida entre a Avenida Papa João Paulo II e as Ruas Andrew Robalinho da Silva, Batista Bezerra, Orlantina Lemos Maia e Otto Lemos Fleury, no município de Paranaíba/MS. **17) Inquérito Civil nº 06.2022.00001111-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - Requerido: Luiz Alberto Siqueira Cristovão - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,7710 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Divino Espírito Santo e Bom Jesus, em Taquarussu/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração/IMASUL n.008539/2021. **18) Inquérito Civil nº 06.2022.00001112-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fidelcina Barbosa Pinheiro - Assunto: Apurar a ausência de construção de cercas para isolamento da Área de Preservação Permanente do Rio Baía a fim de impedir o acesso de animais bovinos em seu interior, na Fazenda Santa Vergínia, em Batayporã/MS, em descumprimento à Notificação n. 4964, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 038/3ºGPM/1ºPEL/5ªCIA/BPMA/2022. **19) Inquérito Civil nº 06.2022.00001540-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fernando Hernandez Pereira - Assunto: Apurar a prática de dano ambiental decorrente do uso indevido da reserva legal do assentamento Sílvia Rodrigues, neste município de Rio Brilhante/MS, conforme narrado no Laudo de Constatação nº 10387 do IMASUL. **Advogado: Michell Moreira Caiçara – OAB/MS nº 20.078.** **20) Inquérito Civil nº 06.2023.00000040-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ministério Público Estadual - Assunto: Averiguar as condições do Estádio Municipal Laerte Paes Coelho (Laertão), para o Campeonato Estadual de Futebol promovido pela FFMS - edição 2023. **21) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000330-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade ambiental da obra de canalização do córrego Estiva, no município de Paranaíba/MS. **22) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000590-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Escola Municipal Leovegildo de Melo - Extensão Jacinto Matias Freire - Assunto: Apurar notícia de fechamento da escola em Zona Rural e possível violação de direitos de crianças e adolescentes que estudavam no local. Segundo consta a escola foi fechada e as crianças serão prejudicadas em seu direito de convivência familiar considerando que as demais unidades de ensino são muito afastadas e as crianças passariam muito tempo fora de casa, além dos riscos que seriam submetidas ao aguardar o transporte escolar (ida e volta). **23) Inquérito Civil nº 06.2023.00000618-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - Requerido: Dionaldo



Venturelli Júnior - Assunto: Auto de Infração IMASUL n.º 2646, Laudo de Constatação IMASUL n.º 03669, Boletim de Ocorrência n.º 83/2023, Ordem de Serviço n.º 025/P-3/2ª CIA PMA/2023, Relatório de Fiscalização Ambiental n.º 014/2ºCIAPMA/BPMA/2023, Laudo Técnico n.º 44/23/NUGEO e Parecer n.º 609/23/CEIPPAM: regularizar e reparar os danos ambientais decorrentes da supressão de 64,9981 hectares de vegetação nativa remanescente, no interior do imóvel rural Fazenda Nossa Senhora Aparecida, pertencente a DIONALDO VENTURELLI JUNIOR (CPF 044.050.761-89), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. **24) Inquérito Civil nº 06.2023.00000864-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Fundação do Meio Ambiente do Pantanal - Requeridos: Empresa Transaço Transportes Nacionais e Internacionais Ltda., Jaime Elorza Junior e Maria dos Anjos Fernandes Elorza - Assunto: Buscar a regularização da operação da atividade de terminal modal e/ou multimodal de cargas (área útil até 10.000m²) pela empresa TRANSAÇO TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA. (CNPJ 03.835.426/0003-15), representada pelos sócios Jaime Elorza Junior e Maria dos Anjos Fernandes Elorza, no município de Ladário/MS. **25) Inquérito Civil nº 06.2023.00000952-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Carlos de Castro Neto - Assunto: Laudo Técnico n.º 248/23/NUGEO DNA Ambiental 2022 Etapa 4: supressão de 14,74 hectares de vegetação nativa remanescente (ID 1004), no período de 25/02/2022 a 30/07/2022, no interior do imóvel rural "Fazenda São Lourenço", matrícula n.º 11.544, CARMS0020471, pertencente a Carlos de Castro Neto (CPF n.º 360.774.029-15), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, uma vez que fora dos limites abrangidos pela Autorização Ambiental n.º 2029/2021.

Campo Grande, 11 de setembro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

#### **AVISO Nº 055/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

##### **1) Notícia de Fato nº 01.2023.00005822-4**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Recorrente: Edinaldo Ferreira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possível irregularidade para registro presencial de reclamação junto ao Procon, ocorrido nos dias 7 e 10 de julho de 2023.

Campo Grande, 11 de setembro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****EDITAL N° 007/2023 IPSE-MPMS****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) DIVULGA O RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS** no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, conforme o **ANEXO ÚNICO** deste Edital.

**ANEXO ÚNICO DO EDITAL N° 007/2023**

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO
884936	GABRIEL RODRIGUES FERNANDES	DIREITO - RESIDÊNCIA JURÍDICA - (COMARCA: TRÊS LAGOAS)	INDEFERIDO
897653	MATHEUS AGRELA ZACARONI	DIREITO - GRADUAÇÃO - (COMARCA: BONITO)	DEFERIDO

Campo Grande/MS, 11 de setembro de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Presidente da Comissão do Processo Seletivo  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO N° 2023NE004341 DE 06.09.2023 DO PROCESSO N° 09.2023.00009484-2**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Maxirafia Indústria Importação Exportação de Embalagens Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n° 42/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n° 08/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 2.393,40 (dois mil trezentos e noventa e três reais e quarenta centavos), nos termos da Nota de Empenho n° 2023NE004341, de 06.09.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei n° 8.666/1993.



**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE004352 DE 06.09.2023 DO PROCESSO 09.2023.00007708-7**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianca Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Homeoffice Cadeiras Ltda.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 182022-2/2022, do Pregão Eletrônico nº 18/2022, oriunda do Arsenal de Guerra do Rio - Exército Brasileiro – Ministério da Defesa.

Objeto: Aquisição de bens (mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 100.725,00 (cem mil setecentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE004352, datada de 06.09.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00009103-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A**, representada por **Fabio Izidoro de Souza**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: inciso XI, do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviços, pela Contratada, de manutenção preventiva e corretiva das subestações de transformação e grupos motogeradores de emergência instalados em prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul situados na Capital do Estado.

Valor estimado anual: R\$ 548.432,00 (quinhentos e quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e dois reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE004197 e 2023NE004198, datadas de 30.08.2023.

Vigência: 11.09.2023 a 11.09.2024.

Data de assinatura: 11 de setembro de 2023.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00006649-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SARAIVA EDUCAÇÃO S/A.**, representada por **Francisco Cesar Fernandes Diniz**, e por **André de Andrade Raymundi**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade, nos termos do artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, inciso II, alínea “d”, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência do Contrato nº 122/PGJ/2022, por mais 12 (doze) meses, e atualização do valor contratual, em decorrência do reequilíbrio econômico-financeiro.

Valor total: R\$ 23.040,00 (vinte e três mil e quarenta reais).

Vigência: 30.09.2023 até 30.09.2024.

Data de assinatura: 11 de setembro de 2023.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00006643-1

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- STUDIO VOZES E GRAVAÇÕES LTDA**, representada por **Odon Sizuo Nacasato**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 21.10.2023 até 21.10.2024.

Data de assinatura: 6 de setembro de 2023.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 135/PGJ/2020**

Processo nº PGJ/10/0791/2020 – PGA nº 09.2022.00012560-4

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- PÓS-DADOS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.**, representada por **Pedro Ramos Melges**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, e Cláusula Nona, item 9.1.2 do Instrumento Contratual.

Objeto: Rescisão amigável do Contrato nº 135/PGJ/2020, em decorrência do acordo entre as partes.

Data de assinatura: 8 de setembro de 2023.

**EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA MÚTUA ENTRE MPMS E AGEPEN**

Processo: 09.2023.00007387-0

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

**2- AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**, representada por seu Diretor-Presidente, **Rodrigo Rossi Maiorchini**;

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Estabelecer formas de cooperação entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário para aumentar a segurança pública, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 05.09.2023 até 05.09.2025.

Data da assinatura: 5 de setembro de 2023.

**EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E MPBA**

Processo: 09.2023.00006853-3

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

**2- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Objeto: Estabelecer formas de cooperação entre o MPBA e o MPMS para a proteção do patrimônio público, o combate à corrupção e outros crimes relacionados, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 28.08.2023 até 28.08.2028.

Data da assinatura: 28 de agosto de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****BRASILÂNDIA****EDITAL N. 0007/2023/PJ/BR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000490-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Aroeira/Jomar Gestão de Negócio Eireli

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na Fazenda Aroeira, de propriedade de Jomar Gestão de Negócio Eireli, decorrentes do rompimento de uma barragem, causando assoreamento no corpo hídrico e das áreas de preservação permanente.

Brasilândia/MS, 06 de setembro de 2023.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0008/2023/PJ/BR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000489-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Córrego Azul/Hélder Hofig

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na Fazenda Córrego Azul, em Brasilândia-MS, decorrente de ampliação de local destinado à fabricação de rações para animais sem as devidas licenças ambientais exigidas por lei.

Brasilândia/MS, 06 de setembro de 2023.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**DEODÁPOLIS****EDITAL Nº 0043/2023/PJ/DPS.****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00001041-8.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00001041-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Fernando de Souza.

Objeto: Apurar dano ambiental, consistente em desmatamento e queimada em área de preservação permanente, localizado, na 12ª Linha, Poente, Lote 42, Quadra 74, em Deodápolis/MS..

Deodápolis/MS, 06 de setembro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0044/2023/PJ/DPS.****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00001047-3.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00001047-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Gumercindo José dos Santos.

Objeto: Apurar dano ambiental, consistente na supressão de mata ciliar em área de preservação permanente, localizado na 17ª Linha, Poente, Lote 13, Quadra 90, no Distrito de Vila União, em Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 06 de setembro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0045/2023/PJ/DPS.****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00001048-4.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00001048-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Antonio Neris dos Santos.

Objeto: apurar dano ambiental, consistente na supressão de mata ciliar em área de preservação permanente, localizado na 17ª Linha, Poente, Lote 25, Quadra 90, no distrito de Vila União, em Deodápolis/MS, de propriedade do Senhor Antonio Neris dos Santos".

Deodápolis/MS, 06 de setembro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0046/2023/PJ/DPS.****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00001049-5.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00001049-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Aparecido de Castro.

Objeto: Apurar dano ambiental, consistente na ausência de medidas de conservação na Nascente do Córrego Colina, em área de preservação permanente, localizado na 17ª Linha, Poente, Km 20, no distrito de Vila União, em Deodápolis/MS..

Deodápolis/MS, 06 de setembro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0047/2023/PJ/DPS.****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00001042-9.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00001042-9, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria Municipal de Saúde de Deodápolis/MS.

Interessado: Flávio Jardim Gomes.

Objeto: Apurar a prática, em tese, de ato de improbidade administrativa consistente em atentar contra os princípios da legalidade, eficiência e moralidade administrativas, por médico do Hospital Municipal Cristo Rei, em Deodápolis/MS..

Deodápolis/MS, 06 de setembro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

---

**IVINHEMA**

---

**EDITAL N.: 0016/2023/02PJ/IVH**

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00001040-7 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590 ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001040-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jorge José de Jesus

Objeto: Apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da construção de uma estrada particular (120x7m), bem como de 03 (três) drenos (um de 220m e dois de 120m) no interior da propriedade rural denominada "Sítio São Jorge", no município de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema, propriedade inserida na Unidade de Conservação "Área de proteção ambiental Ilhas e Várzeas do Rio Paraná", pelo Senhor Jorge José de Jesus, em desacordo com determinação legal.

Ivinhema/MS, 06 de setembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI  
Promotor de Justiça



---

**JARDIM**

---

**EDITAL Nº 0018/2023/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000998-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Haras Kanadense de propriedade de Fábio Júnior de Melo.

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais ocorridas na propriedade denominada Haras Kanadense, localizado em Guia Lopes da Laguna/MS de propriedade de Fábio Júnior de Melo.

Jardim, 29 de agosto de 2023.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO.

Promotor de Justiça.

---

**TERENOS**

---

**EDITAL Nº 0022/2023/PJ/TRN**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Terenos/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro - CEP: 79190-000, Terenos/MS, Telefone: (67) 3246-1612.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000712-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José de Souza, Maria de Lourdes Pereira Souza

Assunto: “Apurar o desmatamento de 4,81 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, no Lote 55 Paraíso (Assentamento INCRA Paraíso), em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 236/23/NUGeo (Programa DNA Ambiental).”

Terenos, 04 de julho de 2023.

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

---

**TRÊS LAGOAS**

---

**EDITAL Nº 06.2023.00001044-0**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvirio Mário Mancini, nº 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001044-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rodocap Comércio e Representações Ltda

Assunto: “Apurar possível dano ambiental decorrente de operar empreendimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente, bem como realizar a queimada de resíduos dentro do lote do empreendimento”

Três Lagoas, 06 de setembro de 2023.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça